

Ministra lança plataforma para subsidiar decisões com evidência médica

Dar ao magistrado fundamentos científicos para decidir se concede ou não determinado medicamento ou tratamento médico a quem aciona a Justiça é o objetivo do e-NatJus, plataforma digital que a presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, lançou terça-feira (21/11) durante o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília. O cadastro nacional de pareceres, notas e informações técnicas oferecerá base científica para as decisões dos magistrados de todo o País quando precisarem julgar demandas de saúde.

Segundo a ministra, a ferramenta digital vai evitar que os juízes sejam expostos a “escolhas trágicas”, quando o magistrado é levado a decidir sobre a concessão de determinado remédio ou serviço de saúde com base na gravidade do quadro clínico de um cidadão e não na possibilidade de cura. “O e-NatJus é uma funcionalidade que estará a serviço do juiz para que a sua decisão não seja tomada apenas diante da narrativa que apresenta o cidadão entre a vida e a morte. Com a plataforma digital, essas decisões poderão ser tomadas com bases objetivas e seguras”, disse a ministra.

Além de dramas pessoais, a ministra lembrou a dimensão econômica da judicialização da saúde. Na primeira reunião realizada sob a gestão da ministra, em setembro de 2016, os 27 governadores trouxeram à ministra processos em tramitação no STF considerados prioritários. A maior preocupação deles se referia a ações de saúde, pois o conjunto de recursos destinados a assegurar esse direito é limitado e as liminares que pedem a concessão de medicamentos e tratamentos, no entanto, chegam a consumir até 20% do total do orçamento reservado para toda a população, segundo a ministra. “Para o juiz, a questão não é ‘quanto custa a vida da pessoa’ porque não tem preço a vida de alguém. A saúde é um direito constitucional, mas muitas vezes esse direito está sendo ludibriado e mantém a situação de engano do paciente que busca o Poder Judiciário”, afirmou.

Segundo o ministro da Saúde, Ricardo Barros, as ações relacionadas à saúde em 2016 consumiram R\$ 7 bilhões em recursos públicos – 90% do valor correspondem a 10 medicamentos de alto custo comprados por determinação da Justiça. “Existem atualmente cerca de 400 liminares que determinaram a aquisição de um determinado remédio. Nós mandamos investigar cada um dos doentes que solicitaram o medicamento porque toda doença segue um protocolo de atendimento. Muitas vezes, o remédio fará efeito apenas se o tratamento for iniciado em um diagnóstico precoce. Portanto, em alguns casos, a compra do me-



dicamento não vai beneficiar o paciente”, disse o ministro.

PROMESSAS DE CURAS E RECURSOS PÚBLICOS

O lançamento do e-NatJus é resultado do trabalho do Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Saúde, que desde 2016 incentiva, nos tribunais brasileiros, a implantação dos Núcleos de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NATs). O supervisor do fórum e conselheiro do CNJ, Arnaldo Hossepian, afirmou que a plataforma digital lançada vai prevenir o “uso do Judiciário de forma inconsequente, predatória, com promessas de curas que não serão entregues, além do uso inútil de recursos públicos e de prejuízos para todos os usuários do sistema”, disse.

X Seminário Internacional Brasil/Argentina

Marta Biagi apresenta reflexões sobre as condições da governança ambiental e aspectos das democracias, cidadãos e decisores



A décima edição do Seminário Internacional Brasil/Argentina receberá a professora doutora em Ciência Política da Universidade de Buenos Aires, Marta Biagi, responsável pela apresentação da palestra “Democracias, cidadãos e decisores. Reflexões sobre as condições da

A presidente da Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação, Lúcia Braga, ressaltou a importância de informações técnicas precisas para basear decisões sobre a saúde. Um dos bancos de dados que serão integrados ao e-NatJus e, portanto, poderão ser acessados por todos os magistrados brasileiros, é a Biblioteca Cochrane, que é uma das principais plataformas especializadas na eficácia de medicamentos, segundo a Dra. Lúcia Braga.

Nos nove hospitais da instituição, realizaram-se 11,1 mil cirurgias em 2016. Entre janeiro e outubro deste ano, foram atendidas 1,409 milhão de pessoas. A Rede SARAH enfrenta seis ações judiciais relacionadas a demandas de saúde. “Quanto mais consultas, atendimentos e procedimentos ofertados, menor a ju-

governança ambiental”, na quinta-feira (30) às 14h.

Marta Cristina Biagi é autora do livro “Pesquisa Científica - Guia Prático para Projetos em Desenvolvimento e Tese”, com versão traduzida para o português e disponível em livrarias do Brasil. A doutora realiza seu trabalho de pesquisa no Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET), sendo seu atual local de trabalho o Instituto de Pesquisa Jurídica e Social.

O Seminário ocorrerá na Seção Judiciária da Bahia, no Auditório Ministro Dias Trindade, durante os próximos dias 29 e 30. Ele é aberto ao público, mas dirigido especialmente a juízes federais, servidores da Justiça Federal e estudantes da UFBA. Os interessados devem se inscrever por meio do link http://www.jfba.jus.br/processos/seder_2014_2/seminario e confirmar a inscrição no primeiro dia de evento, doando 1k de alimento não perecível para posterior entrega à instituições de caridade.

dicialização da saúde”, afirmou a médica. A estratégia da Rede para evitar que questões sejam levadas aos tribunais é o tratamento humanizado, focado na prevenção e no envolvimento das famílias nas curas e tratamentos dos pacientes. “Se assunto é esclarecido, não tem demanda”, disse.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O CNJ realizará no próximo dia 11/12 uma audiência pública com o tema “Justiça e Saúde” para ouvir especialistas e a sociedade civil organizada sobre aspectos relacionados à prestação da jurisdição em processos relativos à saúde, incluindo a própria implantação do e-NatJus. Os debates terão início às 9h da manhã e se estenderão até o final do dia, na sede do CNJ, em Brasília.

Ao anunciar a realização da audiência pública, a ministra Cármen Lúcia afirmou que decidiu promover a reunião depois que associações de pacientes de doenças raras a procuraram e pediram para ser ouvidas no processo de elaboração da ferramenta digital que poderá influenciar o tratamento de saúde de seus familiares.

De acordo com o edital publicado nesta terça-feira (21/11) no Diário de Justiça, os interessados poderão requerer sua participação e indicar expositor até 29/11, exclusivamente pelo endereço eletrônico audienciapublicasaude@cnj.jus.br. No requerimento, deverão ser indicados os pontos que pretendem defender e o nome do representante. A relação dos inscritos habilitados estará disponível no portal do Conselho a partir de 30 de novembro de 2017.

Fonte: CNJ

Aniversariantes

Hoje: Marcos Antônio de Oliveira Aguiar (NUASG), Cristovam Gonçalves dos Santos (24ª Vara), Carlos José de Albuquerque Venet Paraiso (NUCOD), Jeane Souza Amorim (Irecê), Monaliza da Silva Mendes (Turma Recursal), Damiana Gomes Lacerda e Eduardo Araújo Sampaio (ambos de Eunápolis). **Amanhã:** Ailton Brandão Neves (Itabuna), Sueli de Souza Borges (NUBES), Gustavo Mamede Santanna Xará (Guanambi), Karlson Santos Souza (Eunápolis) e Antonio Barreto Cruz Junior (CEMAN).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juíza federal Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, diagramação, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Apoio:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Estagiária de jornalismo:** Joyce Melo Matos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.